



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL UAB/MEC
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

MAGNO LOPES DA SILVA

O ENSINO DE GEOGRAFIA E AS PRÁTICAS AMBIENTAIS EM ESCOLAS

CAMPINA GRANDE - PB

2024

MAGNO LOPES DA SILVA

O ENSINO DE GEOGRAFIA E AS PRÁTICAS AMBIENTAIS EM ESCOLAS

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado junto à coordenação do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Licenciado em Geografia. Sob a orientação da Prof^a. Ma. Littyanni Marcela Brito Vilar de Andrade.

Linha de Pesquisa: Geografia, Educação e Cidadania.

Orientadora: Prof^a. Ma. Littyanni Marcela Brito Vilar de Andrade

CAMPINA GRANDE – PB

2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Magno Lopes da.
O ensino de Geografia e as práticas ambientais em escolas
[manuscrito] / Magno Lopes da Silva. - 2022.
35 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - João Pessoa, 2024.

"Orientação : Profa. Ma. Littyanni Marcela Brito Vilar de Andrade, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância. "

1. Educação ambiental. 2. Legislação ambiental. 3. Ensino de Geografia. 4. Escolas. I. Título

21. ed. CDD 372.357

MAGNO LOPES DA SILVA

O ENSINO DE GEOGRAFIA E AS PRÁTICAS AMBIENTAIS EM ESCOLAS

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado junto à coordenação do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Licenciado em Geografia. Sob a orientação da Profª. Ma. Littyanni Marcela Brito Vilar de Andrade.

Linha de Pesquisa: Geografia, Educação e Cidadania.

Aprovada em: 28 / 07 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



LITTYANNI MARCELA BRITO VILAR DE ANDRADE

Data: 30/03/2024 11:40:07-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Ma. Littyanni Marcela Brito Vilar de Andrade - UEPB
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico a Francisco Ednildo Dias da Silva (in memoriam) amigo, conselheiro, pai, compadre, o guerreiro mais valente e fiel aos princípios, que eu tive o privilégio de conhecer.

“Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. ”

(Michael Foucault)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Livramento no estado da Paraíba.....	15
Figura 2 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Salomé de Almeida.....	16
Figura 3 - Escola Municipal Ensino Fundamental Ministro Alcides Carneiro.....	17
Figura 4 - Folheto do Projeto Junino de 2017.....	18
Figura 5 - Vegetação encontrada no município de Livramento.....	19

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
EA	Educação Ambiental
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PB	Paraíba
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNEA	Plano Nacional de Educação Ambiental
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 ELEMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS SOBRE A EA	10
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL À LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	11
3 METODOLOGIA E CAMPO DE INVESTIGAÇÃO	15
4 DISCUSSÕES	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21

O ENSINO DE GEOGRAFIA E AS PRÁTICAS AMBIENTAIS EM ESCOLAS

TEACHING GEOGRAPHY AND ENVIRONMENTAL PRACTICES IN SCHOOLS

SILVA, Magno Lopes da¹
ANDRADE, Littyanni Marcela Brito Vilar de²

RESUMO

A educação ambiental é fundamental para uma conscientização das pessoas e deve ser falada e posta em prática diariamente, ainda mais tendo em consideração o mundo em que estamos vivendo, com todas as demandas ambientais urgentes que estão surgindo nos últimos anos. O objetivo deste trabalho é analisar como a educação ambiental se faz presente nas escolas municipais de Livramento-PB, a partir dos suportes garantidos por lei, visando conhecer os benefícios na educação das crianças e de toda comunidade escolar. A metodologia utilizada foi a de cunho bibliográfico, à luz de autores como Berna (2004), Machado e Terán (2018) e Libâneo (2004), bem como uma pesquisa exploratória e estudo de caso, por nos possibilitar a investigação do tema nas escolas do município de Livramento-PB. Desta forma, buscamos apresentar algumas garantias asseguradas por lei na Constituição Federal de 1988, para a Educação Ambiental (EA) nas escolas, como também deixar escrito a importância de construir uma consciência crítica ecologicamente saudável, para a efetivação de atitudes e valores conscientes com a natureza.

Palavras-chaves: Educação Ambiental; Legislação Ambiental; Ensino de Geografia; Escolas.

ABSTRACT

Environmental education is fundamental for people's awareness, and must be talked about and put into practice daily, even more considering the world we are living in, with all the urgent environmental demands that are emerging in recent years. The objective of this work is to analyze how environmental education is present in municipal schools in Livramento-PB, from the supports guaranteed by law, aiming to know the benefits in the education of children and the entire school community. The methodology used was of a bibliographic nature, in the light of authors such as Berna (2004), Machado and Terán (2018) and Libâneo (2004), as well as an exploratory research and case study, for allowing us to investigate the topic in schools in the municipality of Livramento-PB. In this way, we seek to present some guarantees guaranteed by law in the Federal Constitution of 1988, for Environmental Education (EE) in schools, as well as to write down the importance of building an ecologically healthy critical conscience, for the realization of conscious attitudes and values with the nature.

Keywords: Environmental Education; Environmental Legislation; Teaching Geography; Schools.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos em Conferências de Educação pelo mundo todo, abordam questões pertinentes ao meio ambiente começaram a tomar grandes proporções, assim, se deu início a Educação Ambiental (EA), como um tema importante para a área pedagógica, tornando mais

¹ Graduando do Curso de Geografia (UEPB/EAD), e-mail: msmlopes5@gmail.com

² Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática (UEPB), e-mail: littyanni@hotmail.com

clara e prática a interação entre o meio ambiente e o ser humano, começando a ser aplicado e desenvolvido nos ambientes educacionais.

Genebaldo Dias no seu livro *Educação Ambiental: princípios e práticas* (2003), aborda que a EA, chega ao meio educacional como um novo ramo que procura despertar consciência crítica nos alunos, relacionadas ao meio ambiente, envolvendo o comprometimento social local e global, juntamente com a qualidade de vida.

No Brasil, a Educação Ambiental ganhou proporção apenas na década de 1980, quando se passou a ter mais extensão na Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, que abordou como competência de poder público a educação ambiental, como a conscientização para preservar o meio ambiente, a partir da educação escolar, como disserta Marcelo Telles et al., no livro *Vivências Integradas com o meio ambiente* (2002).

Quando se fala sobre questões ambientais, estão envolvidos temas como a proteção do planeta, melhoria do meio ambiente, melhor qualidade de vida e proteção. Nesse viés, o papel da escola poderá oferecer informações e situações em que os alunos possam utilizar a capacidade crítica nas atividades que envolvam o meio ambiente, bem como, construir uma consciência global, com a finalidade da construção dos valores que envolva a proteção e melhoria do meio ambiente, na qual uma iniciativa seria a arborização da escola com a ajuda dos próprios alunos.

Assim, Vilmar Berna, no livro *Como fazer Educação* (2004), contribui que para uma EA que funcione, é preciso utilizar o meio ambiente em si como fonte de motivação para o pleno desempenho educacional, uma vez que, quando inseridos em uma realidade de agressão ou conservação ambiental, os alunos tenham estímulos que os fazem buscar/aprender mais, e sempre visar o lado mais crítico e criativo para a conscientização ambiental, com melhor qualidade de vida.

Partindo desse pressuposto, a educação ambiental é uma pauta que deve ser abordada todos os dias nas disciplinas de geografia e nos mais diversos meios sociais e educacionais, já que é dever de todos cuidar e zelar pelo meio ambiente, por nossa saúde e pelo meio ao qual estamos inseridos, uma vez que é uma questão ambiental que vem se ampliando progressivamente nos últimos anos.

Consequentemente, a escola é um ambiente privilegiado para a construção de conhecimentos, sejam culturais ou teóricos. Dado que, a compreensão das consequências e ações humanas ao meio ambiente, podem ser estudadas e analisadas pelos alunos, e conforme vão adquirindo os conhecimentos, o ambiente educacional propicia o desenvolvimento de novas posturas e valores que contribuem para a construção de uma sociedade justa.

Nesse sentido, as escolas públicas assumem um lugar de extrema relevância, por ter função social emancipatória, principalmente com alunos de classes mais pobres, o qual é um dos motivos mais urgentes da sociedade, a qual cresceu sob essa necessidade e continua a seguir esse princípio, portanto, a Educação Ambiental deve sempre continuar, pois, é através da educação que as crianças vão construindo seus valores de base, que levarão para o resto de suas vidas, já que, as crianças passam muito tempo na escola e estão sempre salientando o que aprenderam/aprendem (MACHADO; TERÁN, 2018).

Este trabalho justifica-se pela compreensão dos objetivos da educação ambiental nas aulas de geografia na escola e o auxílio da legislação brasileira para essa efetivação no meio pedagógico. Tendo por objetivo geral, analisar como a educação ambiental se faz presente nas escolas a partir dos suportes garantidos por lei, visando conhecer os benefícios na educação das crianças e de toda comunidade escolar. Como objetivos específicos, buscamos pontuar a importância da educação ambiental nas aulas de geografia, como melhorias de desenvolvimento social e educacional, como também, objetivamos conhecer todas as garantias que a legislação dispõe, garantindo assim os direitos e deveres com a sociedade, a partir da educação ambiental.

A metodologia utilizada para este estudo é de cunho bibliográfica, com isso, todo o conteúdo analisado nos proporcionou melhor entendimento sobre a educação ambiental sob uma perspectiva geográfica e o entendimento de suas diretrizes garantidas por lei no âmbito educacional.

À vista disso, a proposta deste estudo é refletir acerca dos desafios e possibilidades da educação ambiental e geográfica, uma vez que, a escola deve buscar auxiliar o desenvolvimento dos alunos de forma crítica, analisando assim como as crianças percebem que a falta de cuidados com o meio ambiente acaba deixando rastros de destruição e extinção dos recursos naturais e de animais. Assim, a educação ambiental vem como proposta para cultivar valores, levar uma convivência pacífica e cooperativa dos humanos com o meio ambiente.

Logo, o trabalho foi construído num primeiro momento de elementos teóricos e metodológicos acerca da educação ambiental sob a perspectiva da disciplina de geografia, bem como, a EA a luz das legislações brasileiras, e posteriormente fizemos uma breve discussão acerca da falta comprometimento das gestões municipais de Livramento-PB para com a EA nas escolas, comprometendo a educação e melhoria em qualidade ambiental dos estudantes e de todos que moram no município, sempre levando em consideração a base teórica bibliográfica estabelecida como fonte para embasar e melhor qualificar este estudo.

2 ELEMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS SOBRE A EA

A educação ambiental é uma ação educativa que possui grande influência acerca da estruturação de conceitos novos, novos costumes e prática, por conseguinte, a escola, como ambiente educacional formal, busca promover estratégias para a construção de valores de acordo com suportes científicos sistematizados ao decorrer da história, embasando ainda mais a função da escola no processo aquisitivo dos alunos na formação de uma cidadania crítica, na qual a educação ambiental faz parte, como bem pontua Gabriel Chalita em seu livro *Educação: a solução está no afeto* (2002).

A Organização Das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no documento intitulado *Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação* (2005) ressalta que a educação ambiental nas escolas “é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente” (UNESCO, 2005, p. 44), deixando claro a essência ecologia da educação ambiental.

No livro *Educação Ambiental: princípios e práticas* (2004), diz que, a educação ambiental são métodos utilizados para que os indivíduos tenham “consciência do seu meio ambiente e adquirem novos conhecimentos, [...] que os tornam aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros” (DIAS, 2004, p. 523). E para o Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA) a EA está posta como meios em que “o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida” (BRASIL, 1999).

Assim, trabalhar com temáticas sobre o meio ambiente na disciplina de geografia, vem com o intuito de guiar a produção de autonomia dos alunos, assim como, pontuar os desafios da comunidade local e do mundo, em atividades propostas a partir de pequenos desafios, com o objetivo de mostrar procedimentos e instrumentos que os alunos podem utilizar para a construção de uma sociedade melhor e a materialização dos próprios desejos e sonhos, sempre levando em consideração as questões geográficas regionais, para que se tornem realidades distantes das quais os alunos estão inseridos.

No livro *A educação na cidade*, de Paulo Freire (1991), ele já falava sobre a importância de “projetar sociedades mais sustentáveis, onde os interesses da comunidade se sobreponham aos interesses individuais” (FREIRE, 1991, p. 145), partindo deste pressuposto, já se pontua que a natureza deve ser vista e preservada como um patrimônio mundial, e a educação ambiental deve ser praticada socialmente, onde as pessoas juntas busquem conservar toda esta riqueza, que é o nosso meio ambiente, sempre começando de seus próprios lares. Corroborando com este pensamento sobre a educação ambiental, José Carlos Libâneo em seu livro *Organização e gestão da escola teoria e prática* (2004), nos diz que:

A educação ambiental não pode ser apenas uma tarefa da escola, ela envolve ações práticas que dizem respeito ao nosso comportamento nos vários ambientes (na família, na escola, na cidade, na empresa etc.). [...] As pessoas precisam ser convencidas a se engajar em campanhas para a coleta seletiva do lixo, a adquirir o hábito de não jogar coisas na rua, a não mutilar a natureza, a lutar contra a poluição ambiental, etc. (LIBÂNEO, 2004, p. 60).

Todas as oportunidades ofertadas pela escola para a construção dos processos de sensibilização das pessoas, deve ir além de seus muros, buscando assim semear entre vários grupos sociais, como a família, a sociedade, as zonas rurais, etc. Assim, quando se tem um trabalho realizado de forma clara, prática e bem produzido, acontece a “aproximação das relações intra e extra-escolar” (MACHADO; TERÁN, 2018, p.5) acontecendo assim um sistema de forma natural, devido a desenvoltura de todos os projetos e conteúdos aprendidos, obtendo resultados positivos para todos que estão envolvidos.

Ressaltamos ainda que, a escola é um ambiente de construção de conhecimentos, identidade e cultura, é um espaço em que o aluno busca entender os “fenômenos naturais em todas suas dimensões” (MACHADO; TERÁN, 2018, p. 2), e também o conhecimento de todas as consequências causadas pelas ações dos homens no meio ambiente, ou seja, os prejuízos para todos os seres vivos e para o próprio ser humano. Deste modo, a escola propicia ainda, novas posturas e novos valores para que os alunos possam ajudar a construir uma sociedade mais justa e igualitária, com a oportunidade de conviver em um ambiente mais saudável e com melhor qualidade de vida (MACHADO; TERÁN, 2018).

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL À LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF, 1988), no artigo 255, fica claro quando ela sinaliza que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988), assim, questões que envolvam o meio ambiente são de efetivação das ações governamentais no Brasil.

Os PCN’s para o Ensino Fundamental I, anunciam que as práticas educativas na modalidade do ensino de educação ambiental precisam orientar-se para a construção de cidadão participativos e autônomos, que produzam significados com base nas interações múltiplas, e levando em consideração que o professor é apenas um mediador para as interações e socialização dos alunos, ou seja um suporte educacional (BRASIL, 1997).

Outro suporte importante para essa construção educacional é a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, que corrobora como suporte educacional em que o professor seja um mediador, definindo que a educação do Ensino Fundamental I tem por principal meta a formação do cidadão, com base em alguns princípios que são destacados como:

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996, p.12).

Logo, a percepção do ambiente social e natural e dos valores que o constituem, acabam por fomentar mais ainda a importância da prática da Educação Ambiental, por respaldar atitudes, valores e a consolidação dos laços solidários humanos, que partilham dos mesmos objetivos citados pela LDB.

Destarte, Denise de Souza Baena Segura, no livro *Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica* (2001), diz que “a escola foi um dos principais espaços a absorver esse processo de ‘ambientalização’ da sociedade, recebendo a sua cota de responsabilidade para melhorar a qualidade de vida da população, por meio da informação e conscientização” (SEGURA, 2001, p. 21), deste modo, o sistema educacional assume a incumbência de construir uma reconfiguração na sociedade através de meios pedagógicos básicos. A autora acrescenta ainda que:

Para a EA vista como aposta de vida, prática cidadã e construção cotidiana de uma nova sociedade, este conceito parece mais “iluminado” de sentido, pois estabelece uma série de outras conexões importantes: a relação eu-nós pressupõe envolvimento, solidariedade e a própria participação. Poderia ter escolhido “conscientização” ou “sensibilização”, talvez as expressões mais citadas quando se fala em EA, mas foi buscada no conceito de pertencimento uma síntese dessas duas ideias (SEGURA, 2001, p. 21).

Isto posto, a educação ambiental nas aulas de geografia, quando aplicada de forma eficaz e clara, funciona de maneira sensível e consciente para que todos os envolvidos possam juntar em seus processos construtivos a lógica aos processos sentimentais que contribuem para uma EA plácida e de grandes resultados para o presente e futuro da sociedade, posto isso, parte-se da inserção básica de que os alunos comecem a praticar os costumes ambientais na disciplina de geografia, sempre fazendo a associação com a localização em que estão imersos, para que assim os resultados sejam colhidos dentro da própria cidade/realidade em que vivem.

Embora, possa-se encontrar diversos obstáculos que problematizam a plena eficácia da EA nas aulas de geografia, assim, nem todos os procedimentos e objetivos traçados são concretizados, pois, problemas antigos acabam prejudicando os processos mais simples do ensino aprendizagem, como a importância da coleta e descarte do lixo de maneira adequada, questões envolvendo arborização, e muitas vezes o clima e a região acabam por influenciar com a vegetação que o ambiente pode ter.

Como bem expõe Aurélia Barbosa Medeiros et al. no trabalho *A importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais* (2011) “para conscientizar um grupo, primeiro é preciso delimitar o que se quer e o que deseja alcançar” (MEDEIROS et al, 2011, p. 6), deste modo, as escolas necessitam de perseverança para despertar os interesses dos alunos e que os professores utilizem de seus conhecimentos de mundo, para que possam estimular os alunos a pensarem suas vivências em casa a partir dos novos modelos objetivados pela EA, compreendendo que a partir de cada atitude percebam o quanto o ambiente necessita de cuidados e da conscientização de todos. Vale acrescentar ainda que é necessário:

[...] explicar que os impactos ambientais existentes no mundo, atinge todos os seres vivos, por causa das atitudes de alguns que pensam que somente eles não adiantam tentar preservar o planeta. A partir do momento em que o indivíduo perceber a existência de um todo, deixar de lado a existência única e começar a notar a presença

do outro, o planeta vai caminhar para o equilíbrio natural. (MEDEIROS et al, 2011, p. 6)

Deste modo, muitos professores já fazem o uso deste tema em suas aulas, da forma mais prática e simples como a estruturação de um jardim no próprio ambiente escolar, reflorestando pátios e quintais e também a importância da coleta seletiva, mostrando que a partir da preservação do meio ambiente é possível “preparar um mundo melhor para a humanidade do futuro e protegê-la dos equívocos cometidos no passado, colocando o homem como a figura central dos acontecimentos da vida” (MEDEIROS et al, 2011, p. 6).

Sempre buscando pensar de forma harmônica e inteligente como aproximar mais o ser humano a natureza, podendo proporcionar o contato com os cenários naturais regionais, bem preservados, sem os danos causados pelos homens, como também buscar a recuperação dos que já sofreram com as alterações, assim se permite também que os alunos juntamente com o professor de geografia possam ir para além dos muros escolares e expandirem a aula para a dinamicidade de uma aula de campo, permitindo que os alunos conheçam a cidade em que moram. E tudo isso pode ser conquistado com a ajuda da educação, que é uma das ferramentas principais para a evolução sustentável, sempre buscando ultrapassar os muros escolares, alcançando as famílias, trabalhos e entidades públicas.

Deve ser muito mais do que informação, senão percepção, entendimento e compreensão da vida humana em suas relações pessoais e com a natureza. O contexto social que cada indivíduo compõe deve ser por ele entendido, bem como suas obrigações e responsabilidades. (MEDEIROS et al, 2011, p. 7)

Diante disto, se faz necessário ter uma nova visão para o meio ambiente a qual estamos inseridos, por isso, a escola é um dos lugares mais importantes para este primeiro contato, pois as crianças ainda estão propensos a construir suas próprias expectativas e sonhos, acerca das mudanças que pode-se construir na natureza de forma construtiva e as aulas de geografia podem contribuir de maneira grandiosa para tais aquisições, no entanto, ainda se faz necessário a criação de projetos e estratégias ambientais que necessite da ajuda de todos, sem deixar de fora nenhum cidadão, daí a importância dos professores de geografia conhecerem o ambiente em que vivem, para que possam assim passar com propriedade a real situação para os alunos.

Só que os acontecimentos ambientais negativos vão crescendo a cada dia e os indivíduos, muitas vezes, como meros espectadores, assistem e usam o controle remoto para trocar de canal e faz de conta, então, que nada está acontecendo e não depende dele também a mudança para a melhoria desse problema que não é individual, mas sim, global. Sem dúvidas, os cidadãos devem estar cientes do mundo em que vivem. (MEDEIROS et al, 2011, p. 7)

Pontuamos assim, a importância de os seres humanos começarem a visualizar métodos organizacionais para salvar o meio ambiente, pois sem ele não existe ser vivo que possa sobreviver, daí a importância da conscientização ambiental com responsabilidade, sempre em busca de incluir a todos no processo evolutivo da natureza, bem como a inclusão em todos os direitos e deveres, como está posto nas garantias estabelecidas pela legislação brasileira.

Assim, com a Constituição Federal de 1988, o Brasil começou a implementar organizações responsáveis pela inserção da Educação Ambiental, no entanto, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) em 1973, passou-se a ter as devidas preocupações para a conservação dos recursos naturais, a ter mais conhecimento e esclarecimento educacional envolvendo o meio ambiente. Por conseguinte, por volta de 1981, passou a ser implementada a Política Nacional do Meio Ambiente, a qual garantia a inclusão da EA nas escolas, como posto a priori sobre o artigo 255 (BRASIL, 2005).

Susana Peres dos Santos e Maria Terezinha Hanel Antoniazzi Gardolinski no artigo *A importância da Educação Ambiental nas escolas para a construção de uma sociedade sustentável* (2017), acrescentam que com a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), houve a previsão para que os educadores e gestores fossem capacitados, e tivessem autonomia para a elaboração de metodologias, instrumentos e ações educativas, para utilizar nas escolas.

De acordo com o Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA) através da Lei nº 9795/1999, Art. 1º, a educação ambiental é entendida a partir de processos, onde o ser humano, juntamente com o coletivo, constroi valores sociais, habilidades, conhecimentos, atitudes direcionadas para a preservação da natureza, como também, a plena qualidade de vida e a sustentabilidade. De comum acordo com o PNEA, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) no seu artigo 2º, a EA:

[...] é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. (BRASIL, 2012).

Deste modo, a EA já está garantida por lei no Art. 225 da Constituição Federal, que garante a todos o direito “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (MAIRESSE, 2020, p. 1) como descrito na matéria *Educação Ambiental: Educação e conscientização para garantia do futuro* (2020) escrita pela colunista Letícia Mairesse para o site *Auto Sustentável: sustentabilidade ao alcance de todos*.

A Educação ambiental no Brasil está respaldada a partir das convicções morais e éticas, dando ênfase ao PNEA por sua elaboração ter sido através das conferências internacionais, que levantaram questionamentos acerca do futuro da sociedade. Quando voltado o olhar para as escolas, percebe-se que a educação ambiental é estudada através de disciplinas como Biologia ou Ciências, ou através de atividades extracurriculares e de maneira interdisciplinar, não seguindo as instruções que estão descritas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012), que orientam a utilizar como conteúdos disciplinares.

Letícia Mairesse (2020) escreve que para os professores a “**Educação Ambiental deve ser trabalhada como tema transversal e interdisciplinar**, principalmente, através de projetos, também como política pública” (MAIRESSE, 2020, p. 1), deste modo, quando inserido no currículo escolar novas estratégias para a aplicação da educação ambiental, acaba que desperta o interesse dos alunos pela temática, fazendo com que se envolvam e construam uma sociedade que esteja dentro dos padrões educacionais estabelecidos pelas legislações brasileiras e mundiais.

Outro aspecto importante do processo histórico da EA, é a Lei 9.795, que instituiu em 1996 no plano plurianual do Governo Federal, a política nacional de educação ambiental a proceder com a educação ambiental como um componente indispensável e permanente, uma vez que é essencial para a sobrevivência, assim, sendo obrigatória em os departamentos que envolvem o ensino e a aprendizagem. Logo, outro aspecto que pode-se compreender é que:

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Assim, compreendemos também que eventos da área da geografia que estão intrinsecamente ligados com a EA, tendem a contribuir para uma educação e influencia mais

qualificada para pleno desenvolvimento ambiental e social, uma vez que todos – mesmo que indiretamente – estão ligadas às políticas ambientais, a educação geográfica e a todas as entidades socioambientais.

3 METODOLOGIA E CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

A metodologia utilizada baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, visto que, como aponta Antonio Carlos Gil no livro *Como elaborar projetos de pesquisa* (2002), a pesquisa:

[...] é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2002, p. 17).

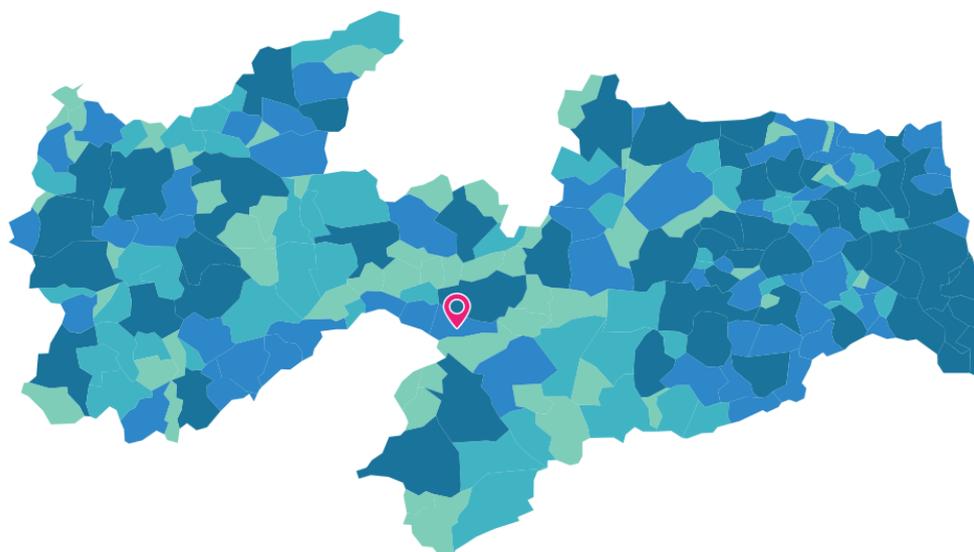
Deste modo, esta pesquisa de cunho bibliográfico nos permitirá aprimorar e atualizar nosso conhecimento acerca da educação ambiental geográfica, com a investigação a partir de artigos, livros e todo conteúdo já publicado sobre o tema aqui discutido. E como bem escreve João José Saraiva da Fonseca no texto intitulado *Metodologia da pesquisa científica* (2002),

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Assim, nos baseamos no estudo teórico já publicado, a partir de todo o conteúdo adquirido e analisado ao percurso desta investigação, nos permitindo reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos, como bem explana Gil a pesquisa de cunho bibliográfico “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44), deste modo, nossa investigação teórica nos possibilitou analisar uma determinada região, para que assim pudéssemos compreender melhor como funciona o desenvolvimento das aulas de educação ambiental geográfica.

Para isso, delimitamos a cidade de Livramento, que é um município do interior do estado da Paraíba e está localizado a aproximadamente 243 km da capital, João Pessoa. Possuindo cerca de 7.386 habitantes, conforme estimativa do IBGE/2017. Na figura 1 que está abaixo, temos a marcação da cidade de Livramento, a qual abrange a área do semiárido brasileiro, e faz divisa com algumas cidades do estado de Pernambuco.

Figura 1 - Localização de Livramento no estado da Paraíba



Fonte: IBGE (2022)

O município possui um total de 27 escolas de ensino fundamental I e II, que estão localizadas entre a zona urbana e a zona rural. Tendo a escola Maria Salomé de Almeida e a escola Alcides Carneiro como matrizes didáticas de ensino fundamental. Nesse contexto, as escolas funcionam como um ambiente propício e fértil para discussões no âmbito da educação ambiental municipal.

Abaixo na Figura 2, tem a foto da frente da escola Maria Salomé de Almeida, a qual já conta com arborização em sua frente, e pequenas plantas de pequeno porte em seu pátio, para a incentivo ao cuidado com a natureza, embora isto ainda não seja suficiente para pleno desenvolvimento da matéria de geografia com ênfase na EA, uma vez que necessita-se de mais estímulos, como a prática de aulas em campo, para que os alunos tenham mais contatos com a região, o solo, a água e animais que habitam a cidade.

Figura 2 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Salomé de Almeida



Fonte: SALES, M. L. da S., 2022 (Arquivo pessoal)

Na figura 3, temos a imagem da escola Ministro Alcides Carneiro, a qual possui em seu pátio arborização de plantas regionais, o prédio conta ainda em sua estrutura interior, com

arborização para proporcionar aos alunos um ambiente arejado e bem zelado. Embora estes aspectos não contêm como educação ambiental, são considerados pequenos incentivos para começar a EA, assim nas aulas de geografia pode-se trabalhar estratégias para construir e elaborar métodos para a construção de um ambiente mais favorável para a educação, com projetos hídricos, de reflorestamento, saneamento básico e ecológicos, para que assim os alunos possam internalizar e praticar ações saudáveis para o meio ambiente, e consequentemente suas vidas.

Figura 3 - Escola Municipal Ensino Fundamental Ministro Alcides Carneiro



Fonte: SALES, M. L. da S., 2022 (Arquivo pessoal)

Deste modo, mostramos as imagens das duas escolas municipais da cidade, as quais são estruturas antigas, mas que são bem arborizadas e estão estruturadas pensando no bem-estar das crianças, adolescentes e de toda a comunidade, por proporcionar um pequeno contato com a natureza, embora ainda haja muito a se construir para que os alunos possam realmente aprenderem a importância de se construir um ambiente mais consciente daquilo que almejam para o futuro.

Livramento, ainda há muito que evoluir em questões ambientais, como manda as legislações brasileiras, para que possam pôr em prática tudo aquilo que veem nas políticas públicas ambientais, uma vez que, a cidade ainda tem muito que ser construída em questões de desenvolvimento ambiental. Por ser uma cidade do interior, pequena, a gestão poderia investir mais juntamente com as escolas em projetos que auxiliem a comunidade a crescer na agricultura, nos recursos hídricos e nos meios ecológicos para melhor desenvolvimento urbano e rural.

Como bem está posto na Lei Orgânica do Município³, no artigo 8º há várias atribuições que é de competência do município, como: o abastecimento de água e esgotos sanitários, a limpeza pública, coleta domiciliar e destinação do lixo, preservar a floresta, a fauna e a flora, drenagem pluvial, construção e conservação de estradas, jardins, parques e hortos florestais, planejar o uso de ocupação do solo em território, dentre muitas outras

³ Lei Orgânica do Município de Livramento – PB, das competências e disposições preliminares que cabem aos gestores, disponível em <http://livramento.pb.gov.br/images/arquivos/documentos/1610300046.pdf>

características descritas por todo o documento, que deixa por escrito o que os gestores devem trabalhar. Deste modo, é de suma importância o trabalho dos professores de geografia para que assim possam juntamente com o corpo docente da escola e de toda a comunidade para buscarem melhorias para a cidade.

4 DISCUSSÕES

Diante de tudo já exposto, trazemos ainda o que Cristina Carvalho (2012) dá ênfase sobre a educação, que é um dos principais itens para a criação base dos valores, desta maneira os alunos são indivíduos constituídos em uma rede cultural, da qual todas ações são resultantes da constituição de seus valores sociais. Assim, a educação ambiental na aula de geografia é uma incentivadora de princípios ambientais adequados, e como fruto, virá os comportamentos ecológicos a partir da mescla de ações integradas entre a disciplina de geografia e as demais oferecidas pela escola, já que, uma sempre complementa a outra.

Ainda se faz necessário que educação auxilie na mudança de atitudes, para que o ser humano possa pensar no todo, e não apenas em si mesmo, já que suas atitudes e ações irão ajudar a preservar e construir um futuro melhor para o mundo. O tema envolvendo o meio ambiente é de extrema importância para a construção do senso crítico e para produção criativa ambiental, e a escola vem ajudar nesta área, a partir de iniciativas em que os alunos passem a entender as consequências de suas atitudes no meio ambiente e para outras espécies, e compreender também os fenômenos naturais, como bem escrevem Paulo Afonso Moreira, Leandro Morais e Silva e Marta Pereira da Luz (2008).

Michael k. Stone e Zenobia Barlow (2006) salientam que os ambientes escolares são uma das maiores entidades democráticas da sociedade, corroborando com isto, Mauricio Baum e Maristela Povaluk (2012), sinalam que o corpo social juntamente com a comunidade escolar deve dar maior visibilidade a temas relacionados a Educação Ambiental, objetivando o futuro. Deste modo, a educação deve oportunizar como base a formação de um sujeito socializado, pronto para a vida com seus devidos valores, personalidade e carácter para conviver em uma sociedade ecologicamente correta.

Ao estudar educação ambiental nas escolas os alunos podem ser influenciados, e como consequência disso a sociedade também recebe grande influência a partir do compartilhamento de informações que perpassam os muros educacionais, levando impactos positivos para toda a comunidade (FONSECA, 2015), como exemplo podemos ver na figura 4, um incentivo que a prefeitura juntamente com as escolas do município de Livramento elaborou um projeto junino em 2017 para conhecer mais sobre o bioma caatinga, que abrange todo o território livramentense.

Figura 4 – Folheto do Projeto Junino de 2017



Fonte: ALMEIDA, M. A., 2017

Neste projeto, foi um meio de juntar várias disciplinas para a elaborar uma exposição, em que fosse explorada todas as riquezas do município, como a vegetação regional e seus benefícios para a saúde, bem como o conhecimento acerca de toda a cultura e identidade da cidade, com toda a história do município. E como pode-se ver na figura 5, temos amostra de vários tipos de plantas encontradas na região, como a demonstração das folhas das plantas penduradas em um pequeno varal de demonstração, como também alguns troncos expostos nos cestos com seus respectivos nomes, e a criação de um canteiro que contém os diferentes tipos de cactos, que estão organizados como se podem encontrar no ambiente natural.

Figura 5 – Vegetação encontrada no município de Livramento



Fonte: ALMEIDA, M. A., 2017

Deste modo, vale salientar que, a EA engloba um grande conjunto de práticas educativas e sociais que vão muito além do ambiente escolar, e atinge toda a comunidade, evidenciando assim, a importância do papel da escola na construção desses conhecimentos

compartilhados, dentro e fora da escola (CARVALHO, 2012), como foi criado no Projeto Junino de 2017. Embora, de 2017 para 2022, tenha passado muitos anos, foi um pequeno passo para o avanço da EA nas escolas, e com a normalização das aulas presenciais no município, vão começar a investir mais na parte ecológica ambiental da cidade.

Assim, através do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, surge como alternativa o incentivo na elaboração do planejamento curricular escolar a inclusão da consciência ambiental, com o uso de atividades que agregam ações sociais, políticas e ambientais para um espaço de discussão envolvendo toda a comunidade (BAUM, POVALUK, 2012), nas escolas municipais de Livramento, tem o ponto positivo do espaço está adequado para começarem a prática da EA, como se sugere no PPP, assim tendo nas aulas de geografias oportunidades para inclusão de tal conteúdo.

No entanto, ainda há várias escolas que não possuem estruturas físicas adequadas para a prática da EA, como também a falta de professores capacitados na área, o que deixa a desejar o ensino da educação ambiental de qualidade para a comunidade, como salienta Almeida et al. (2012), há ainda uma necessidade da qualificação dos educadores de geografia, ciências e demais matérias, recursos destinados para se desenvolverem na escola a educação ambiental, maior tempo para se trabalhar o tema e incentivos para que todos busquem melhorias.

Almeida et al. (2012) complementa ainda que os temas ambientais têm a abertura para serem trabalhados em todas as disciplinas, já que, se organizados de maneira clara os planos de aulas, podem explicar estratégias para conscientizar os alunos a se sentirem integrantes ativos da natureza, e não meros modificadores. Com as informações corretas a Educação Ambiental pode gerar a criatividade, o debate e a prática diária, basta apenas o interesse do professor em atrair a atenção dos alunos para esta temática, e para novas descobertas ambientais, um primeiro passo para estes contatos são as aulas de geografia, onde se pode ter maior expectativa com relação a área geográfica da região.

Fazendo uma rápida análise com os professores de geografia F.A. e N.C., das escolas municipais Maria Salomé de Almeida e Alcides Carneiro, a seguinte questão foi citada: as muitas dificuldades e desafios encontrados na efetivação da EA no sistema da Educação Básica Ensino Fundamental I nas escolas públicas, pela falta de motivação do corpo docente escolar em fornecer auxílios para as práticas destas atividades, como também a falta de apoio da gestão municipal em não incentivar com que as escolas desenvolvam atividades que favoreçam a própria cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebemos que um dos maiores desafios da educação ambiental nas escolas é a falta de conhecimento, e das gestões em incentivarem com que seus habitantes busquem mais sobre o ecossistema em que vivem, e no meio educacional uma capacitação para toda a comunidade escolar, para que todos busquem melhorar quando se trata de EA. Daí a importância dos programas de formação continuada serem de extrema necessidade para a construção de uma educação de qualidade, em que todos sejam conscientes sobre a importância da elaboração de planos e estratégias ecológicas, como benefícios para todos.

Mesmo que no Brasil, tenha as legislações que englobam a educação ambiental e suas garantias, ainda se faz necessário que os gestores municipais busquem mais incentivos para suas respectivas cidades, bem como, a implantação de estratégias ambientais saudáveis em todo o ambiente para que assim todos possam crescer juntos. Deste modo, o nosso trabalho é de extrema importância para o ambiente educacional, tanto nas aulas de geografia quanto em outras disciplinas escolares, uma vez que, fizemos um apanhado de informações sobre todo o processo da Educação Ambiental desde sua iniciativa no mundo, quanto no Brasil, garantindo

informações relevantes para futuras investigações que estimulem aos municípios a buscarem mais informações e estratégias para melhor desenvolvimento de tal ação, dentro e fora das escolas.

Em Livramento, percebemos que embora tenha algumas iniciativas que visem apresentar o ecossistema do município para os alunos, que tenham também a elaboração de alguns pequenos projetos internos que coloquem os alunos para investigarem sobre tais assuntos, ainda a muito que se fazer, uma vez que, esses assuntos deveriam serem considerados de extrema importância para serem trabalhados todos os dias, e não apenas em ocasiões especiais. Daí a importância de uma gestão em que transforme a todos, em que tomem iniciativas, que busquem implementar dentro da própria cidade um sistema de organização ambiental, de forma consciente e estimulante a todos.

Deixamos como proposta a se pensar, que todos os envolvidos começam a estimular os professores a levarem seus alunos para terem aulas de campo para conhecerem mais o ambiente em que vivem, estudarem sobre as vegetações do município, buscarem estratégias para melhorias da cidade, como a implementação de mais arborização da cidade, ambientes bem zelados para que as crianças tenham mais contratos com a natureza, que a escola possa trabalhar o ecossistema, de forma mais didática, como colocar os alunos para fazerem uma horta na própria escola, incentivando uma alimentação mais saudável, os descartes corretos dos lixos, bem como a criação de sistemas de água que sejam mais práticos e sem os desperdícios.

Tudo isso, vem a corroborar para a melhor evolução dos seres humanos, já que, em um mesmo municípios há muitas realidades distintas, principalmente envolvendo os alunos da zona rural e da zona urbana, e com esses pequenos processos construtivos os alunos possam compartilhar suas experiências de forma produtiva e que ajudem uns aos outros.

Concluindo, pontuamos que a sensibilização da comunidade tanto escolar quanto social, deve fomentar iniciativas que ultrapassem as barreiras já delimitadas, para que possa se atingir o maior número de pessoas possível. A EA deve se tornar um componente fixo no currículo escolar, com um método direcionado a resolução de problemas, que contribua para o envolvimento de todo o município de Livramento, transformando o sistema educacional realista, estabelecendo independência entre o sistema social e ambiental, com o intuito de proporcionar um bem-estar para todos.

REFERÊNCIAS

BERNA, Vilmar. **Como fazer Educação Ambiental**. 2ª. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

BIGOTTO, A. C. **Educação ambiental e o desenvolvimento de atividades de ensino na escola pública**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Meio ambiente, Saúde / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Resolução CNE/CP 2/2012, Brasília, 2012.

CARVALHO, Cristina. **Educação ambiental na formação do sujeito ecológico**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CHALITA, Gabriel. **Educação**: a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2002.

CORRÊA, Júlio César da Silva; COSTA, Marília de Melo. **Metodologia da pesquisa 1 e 2**. Belém: IEPA, 2012.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, Everton Gonçalves. **Práticas de educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental da escola Cyrino Luiz de Azevedo**. 2015. 82 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em administração) - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2015.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 11. ed. São Paulo: Papyrus, 2015.

GOMES, Carlos Mário Ribeiro. et al. **Análise das práticas de educação ambiental em duas escolas de ensino médio na cidade de Juazeiro do Norte – CE**. Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental. 5, n. 1, p. 26-41, 2016.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em 10 de abril de 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola teoria e prática**. 5 ed. Editora Alternativa, 2004.

MACHADO, Ailton Cavalcante; TERÁN, Augusto Fachín. **Educação Ambiental**: desafios e possibilidades no ensino fundamental I nas escolas públicas. Revista Educação Ambiental em Ação, nº 66, 2018.

MAIRESSE, Leticia. **Educação Ambiental**: Educação e conscientização para garantia do futuro. Autossustentável, 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo. 9º ed., Atlas. 2012.

MARTINS, Mariza Guedes Maria. **A Educação Ambiental nos Anos Iniciais das Escolas Públicas Estaduais de Santana do Livramento (RS)**. Trabalho de conclusão de curso (Tecnólogo em gestão pública) - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2015.

MEDEIROS, Aurélia Barbosa de, et al. **A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais**. Revista Faculdade Montes Belos, v. 4, n. 1, 2011.

MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (org.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO. Brasília - DF, 2007.

MOREIRA, Paulo Afonso Arrais de Moraes; SILVA, Leandro Moraes e; LUZ, Marta Pereira da. **Educação Ambiental na Escola: a realidade do setor público e privado - estudo de caso**. Universidade Católica de Goiás - UCG, Goiânia. Goiânia, GO: UCG, 2008.

SANTOS, Susana Peres dos; GARDOLINSKI, Maria Terezinha Hanel Antoniazzi. **A importância da Educação Ambiental nas escolas para a construção de uma sociedade sustentável**. Passei direto, 2017.

SEGURA, Denise de Souza Baena. **Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

SILVA, Bruno Vasconcellos; CAPARRÓZ, Francisco Eduardo; ALMEIDA, Ueberson Ribeiro. A produção de imaginários sociais sobre a escola e seus efeitos na formação inicial de professores de educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, 2011.

STONE, Michael K.; BARLOW, Zenobia. **Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para o mundo sustentável**. 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

TELLES, M. Q.; ROCHA, M. B.; PEDROSO, M. L. **Vivências integradas com o meio ambiente**. São Paulo: Sá Editora, 2002.

UNESCO. Escritório Nacional no Brasil, BR/2005/PI/H/6, 2005.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ser tão bondoso e cumpridor de suas promessas, pela vida e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso. A minha esposa Silvana, minha mãe Maria das Dores e toda a minha família por todo apoio e ajuda, os quais foram indispensáveis para realização deste trabalho.

Ao meu amigo e companheiro de curso Emanuel Pessoa que sempre me auxiliou em tudo. A toda a igreja assembleia de Deus Madureira pelas orações e companheirismo. Aos meus colegas de curso, com quem convivi durante os últimos anos, pela hombridade e troca de ideias que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

A minha professora Littyanni Marcela Brito Vilar de Andrade por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e paciência.

A professora Maria Aparecida Almeida Arruda por ter sido minha tutora durante todo o curso, o que fez com muita paciência e dedicação, fazendo sempre as correções necessárias para minha formação, a professora Elenide Sousa Martins, a qual me auxiliou de forma extremamente significativa durante todo o meu estágio, a professora e coordenadora do polo EAD-UEPB Maria Celma Alves Rodrigues da Silva, a professora do departamento de geografia da UEPB, a doutora Josandra Araújo Barreto de Melo, por me auxiliar em tudo durante o processo, com toda a atenção e conteúdo de forma precisa nesse curso.

A todos aqueles que contribuíram e participaram de forma direta ou indireta do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

A toda Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) por me ofertar esse curso, bem como dados e materiais suficientes e que foram fundamentais para que eu chegasse a conclusão dessa experiência e projeto. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Salomé de Almeida por me abraçar durante todo o estágio supervisionado.

A empresa Prefeitura Municipal de Livramento-PB, bem como ao prefeito Ernandes Barbosa Nóbrega pela disponibilização de conteúdos e ideias que foram e serão de grande utilidade para elaboração deste trabalho científico.